



Antonio Carlos: "As medidas tomadas pelo governo são muito boas, mas ainda cabe alguma coisa nas mensagens que o presidente enviará ao Congresso"

## ACM sugere punição contra quem tenta corromper servidor

Presidente do Senado elogia medidas anunciadas pelo governo para moralizar serviço público mas propõe que também sejam estabelecidas sanções contra os corruptores

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que seja considerada inidônea, por um período de dez anos, a empresa ou pessoa que tentar corromper autoridades e servidores públicos.

A proposta foi apresentada durante reu-

nião da qual também participaram os presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso. Antonio Carlos manifestou apoio às providências anunciadas pelo governo para aprimorar o controle sobre a aplicação de verbas e a conduta dos funcionários públicos.

PÁGINA 5

## Gregori entrega projeto do novo Código Penal

PÁGINA 4

## INTERNET FACILITA COMUNICAÇÃO ENTRE CIDADÃOS E OS SENADORES

A Internet tem permitido intensificar os contatos entre os cidadãos e os senadores. Além de facilitar o acompanhamento das atividades do parlamentar, ela é usada cada vez mais pelo eleitor para enviar sugestões, críticas ou opiniões.

PÁGINA 4



## SUBCOMISSÃO DO JUDICIÁRIO

### PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SP DEPÕE ÀS 15H DE HOJE

Dando continuidade à investigação do desvio de recursos federais destinados à construção do fórum trabalhista de São Paulo, a Subcomissão Permanente do Judiciário ouve hoje, a partir das 15h, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho daquele estado, juiz Floriano Vaz da Silva, e dois ex-presidentes, os juízes José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar.

PÁGINA 3



Suassuna, presidente da CAE, aguarda a formalização da indicação para marcar reunião

## CAE vai sabatinar técnico indicado para direção do Banco Central

PÁGINA 8



Tomou posse ontem como senador o teólogo e pastor evangélico Albino Boaventura (foto). Ele substitui o senador Mauro Miranda, eleito pelo PMDB de Goiás, que pediu 120 dias de licença para tratar de assuntos particulares. Em seu primeiro pronunciamento, Boaventura afirmou que a área social será o seu principal campo de atuação.

PÁGINA 3



## Parlamentares farão visitas aos estados

As visitas da CPI serão iniciadas no mês de setembro e deverão ter como prioridade os estados onde são mais frequentes os casos de roubo de cargas.

PÁGINA 6

# Ademir Andrade propõe debate sobre a produção de alimentos transgênicos

Reconhecendo os avanços trazidos por tais produtos, parlamentar argumenta que seus eventuais benefícios devem ser confrontados com os prejuízos que eles trazem à saúde e ao meio ambiente

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) quer que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprofunde o debate sobre os produtos transgênicos e os riscos que eles podem trazer à saúde e ao meio ambiente. O senador diz que, em tese, não é contra os avanços trazidos pelos transgênicos, os quais são, segundo afirmou, fruto de descobertas científicas de grande potencial benéfico. "No entanto, a ciência e particularmente o seu subproduto tecnológico não estão dissociados de escolhas econômicas e políticas", ressaltou.

Ademir citou como exemplo o fato de todo o avanço representado pela chamada "revolução verde" na agricultura não ter sido capaz de acabar com a fome em países africanos, asiáticos e latino-americanos. Por isso, o parlamentar rejeita a defesa incondicional dos transgênicos sob o argumento de que podem incrementar a produção agrícola e, assim, possibilitar a produção de alimentos para toda a população do planeta.

No caso dos organismos transgênicos que estão em vias de se-



Ademir sugere que a Comissão de Assuntos Sociais aprofunde a discussão do tema

rem testados, plantados e comercializados no Brasil, o senador Ademir Andrade chamou a atenção para a semente de soja *Roundup Ready* (RR), da empresa fabricante de pesticidas e defensivos agrícolas Monsanto. Segundo ele, entidades de defesa do meio ambiente denunciam que a empresa estaria pressionando as autoridades brasileiras a aprovarem essa variedade de soja em razão da posição estratégica do Brasil no mercado mundial.

— Por ser o Brasil um dos maiores produtores mundiais, enquan-

to a soja transgênica não for plantada aqui, a multinacional terá dificuldade de impor a soja RR ao mundo. O problema para a Monsanto está na resistência dos consumidores europeus a alimentos transgênicos. Alguns fabricantes europeus de alimentos estariam dispostos até a pagar mais por soja não modificada geneticamente — afirmou o senador.

Ademir mencionou, ainda, o questionamento feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)

em relação à aprovação da soja transgênica pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio). Segundo ele, o Idec já teria, inclusive, obtido liminar na Justiça contra a permissão concedida pela CNTBio.

O senador disse ainda que essas entidades e outras, como o Greenpeace, afirmam que existe risco de poluição genética e ambiental e de aumento na utilização de produtos químicos, pois tanto a semente da soja transgênica quanto o herbicida são produzidos pelo mesmo fabricante.

— No caso em questão, a soja RR é resistente ao herbicida de mesmo nome fabricado pela Monsanto. A vantagem seria a possibilidade de uso do defensivo agrícola quando a planta da soja já estiver bem desenvolvida, sem matá-la, exterminando apenas as ervas daninhas. Essa resistência da soja ao herbicida, por sua vez, só foi possível com a modificação genética que introduziu uma bactéria no gene da soja que a torna resistente a esse veneno específico — explicou Ademir.

## CCJ analisará proibição à exigência de "boa aparência" em anúncios

Deve ser votado na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe a expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. A proposta recebeu voto favorável do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Ao justificar a proposta, Cândido argumenta que a expressão

"boa aparência" é discriminatória, pois, além de induzir à exclusão de pessoas que não se enquadram nos padrões de beleza atuais, vem sendo utilizada para não empregar pessoas de outras etnias, "notadamente os afro-descendentes, o que significa dizer que a empresa não pretende contratar pessoas negras".

— É óbvio que não existe qualquer relação entre a aparência de um cidadão ou cidadã e sua com-



"Não existe relação entre a aparência e o bom desempenho profissional", diz Geraldo Cândido

petência para o bom desempenho profissional — resalta o senador.

Geraldo Cândido também argumenta que a expressão pode ser interpretada de diversas formas, sendo um conceito abrangente e subjetivo, que pode levar a excluir,

por exemplo, candidatos com problemas dermatológicos ou peso acima do normal.

— Não restam dúvidas que a exigência de "boa aparência" é discriminatória — afirma o senador.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

Brasil 500



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

7h—Recebe Airson Bezerra Lócio, presidente da Codevasf  
72h—Recebe José Gregori, ministro de Estado da Justiça

### PLENÁRIO

14h30—Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

15h — Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: depoimentos do presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), juiz Floriano Vaz da Silva, de dois ex-presidentes, juizes José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar, e ainda de César Augusto Gilli, integrante, de fevereiro a março de 1999, de uma comissão criada pelo TRT para acompanhar a obra do fórum. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30—Sessão não deliberativa

Quinta-feira  
10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira  
10h — Subcomissão Permanente do Judiciário  
Pauta: depoimento dos ministros Almir Pazzianotto, José Ajuricaba da Costa e Silva, Ermes Pedro Pedrassani e Wagner Antônio Pimenta. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.035-23, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

### ESPECIAL

Quarta-feira  
12h — Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Perdidos no espaço*, de Stephen Hopkins. Auditório Petrólio Portella

# Presidente do TRT-SP depõe na Subcomissão do Judiciário

Senadores também ouvem hoje dois ex-dirigentes do tribunal sobre o desvio de R\$ 169 milhões destinados à construção do fórum trabalhista de São Paulo e um ex-integrante da comissão criada para acompanhar a obra

A Subcomissão do Judiciário ouviu hoje, a partir das 15 horas, os depoimentos do presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), juiz Floriano Vaz da Silva, e de dois ex-presidentes – juizes José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar – sobre o desvio de R\$ 169 milhões destinados à construção do fórum trabalhista da capital paulista. Também será ouvido César Augusto Gilli, integrante, de fevereiro a março de 1999, de uma comissão criada pelo TRT para acompanhar a obra do fórum.

O presidente do TRT e os dois ex-presidentes deverão falar também sobre as relações entre o ex-juiz Ni-



Subcomissão do Judiciário toma novos depoimentos em reunião marcada para as 15h de hoje

colau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio de recursos públicos da obra

superfaturada do TRT, e o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

O primeiro a depor à subcomissão foi o ex-secretário da Presidência. Durante seu depoimento, Eduardo Jorge disse que suas conversas telefônicas com Nicolau dos Santos Neto tinham como único tema a nomeação de juizes para o TRT. De acordo com o ex-secretário, os dois procuravam escolher para o tribunal juizes que não colocassem em risco o Plano Real com sentenças favoráveis à reindexação da economia. Depois dele, já passaram pela subcomissão cinco procuradores da República, funcionários do TRT e do TST, além de ex-integrantes da comissão de acompanhamento da obra do fórum.



Luiz Otávio propõe a criação do Programa de Financiamento a Profissionais Liberais

## Projeto de Luiz Otávio incentiva profissionais do Norte e Nordeste

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), destinado a criar oportunidades de trabalho para os profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste e que venham a exercer sua profissão nessas regiões.

O Fiprol será financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), repassados para o Banco da Amazônia e para o Banco do Nordeste. Também poderão ser utilizados recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) nos financiamentos do Fiprol.

Conforme o projeto, poderão se candidatar aos financiamentos profissionais de nível superior formados nos últimos três anos pelas universidades públicas e privadas das regiões Norte e Nordeste, que queiram estabelecer-se em uma das duas regiões. Os recursos deverão ser utilizados na aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos necessários ao exercício da profissão, ou destinados a seguro de crédito interno, alienação fiduciária, aval ou fiança.

Os beneficiários dos financiamentos terão entre três e cinco anos para quitar suas dívidas, com carência entre 12 e 24 meses. Para a concessão dos empréstimos serão exigidos apenas os documentos pessoais do mutuário, o diploma ou documento equivalente e a apresentação de projeto simplificado.

## Loyola cita Joinville como modelo de administração

Em discurso no Plenário, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC), que substitui o senador licenciado Casildo Maldaner (PMDB-SC), defendeu ontem a retomada do desenvolvimento e citou a experiência administrativa de Joinville como modelo para o país. O senador ocupava o cargo de vice-prefeito do município na gestão de Luís Henrique da Silveira.

Com uma população economicamente ativa de 163,3 mil pessoas, 1.380 indústrias de transformação e 8.634 estabelecimentos comerciais, Joinville é hoje “o núcleo dinâmico da economia catarinense”, ressaltou o senador. O PIB do município, informou ele, é de R\$ 4,3 bilhões, e a renda *per capita* de R\$ 10,3 mil, segundo dados de 1998.

Loyola também mencionou as realizações do atual prefeito na área cultural, como a implantação do centro de eventos Cau Hansen, o único no gênero de multiuso em toda a América Latina. O centro, informou o senador, conta com um auditório de oito mil lugares e abriga a Rádio Educativa e a Escola de Balé Bolshoi, “única unidade da famosa escola de Moscou fora da Rússia”. O Festival de Dança de Joinville, que era realizado em um ginásio de esportes, nos últimos dois anos tem lugar no centro de eventos, registrando em sua 18ª edição, em julho, a presença de cerca de cinco mil

bailarinos do Brasil e do exterior.

A administração de Luís Henrique da Silveira, segundo o senador, deu ênfase também à educação, com o lançamento do programa Toda Criança na Escola, elevando o número de crianças matriculadas de 38.828, em 1996, para 57.065 este ano. No setor de segurança pública, o senador destacou o aparelhamento das polícias Militar e Civil, com a compra de veículos, equipamentos de informática e de comunicação. Foi criada, ainda, a Fundação Municipal de Vigilância, que é mantenedora da Guarda Municipal.

O sistema básico de saúde de Joinville foi citado pelo senador como “um dos orgulhos da atual gestão municipal”. Ele mencionou, ainda, a implantação do aterro industrial, em uma área de 500 mil metros quadrados, obtida do governo do estado.



Henrique Loyola defende a retomada do desenvolvimento e destaca resultados de seu município

## Novo senador por Goiás toma posse e anuncia atuação na área social

Na presidência da sessão de ontem, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), deu posse ao novo representante de Goiás, senador Albino Boaventura (PMDB-GO), em substituição ao senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que solicitou licença de 120 dias para tratar de assuntos particulares.

Arruda saudou o novo senador, cumprimentando os convidados que compareceram ao Senado para prestigiar sua posse. “Albino Boaventura é um político muito conhecido em Goiás e em Brasília, homem respeitado e digno da admiração de todos nós.” O novo representante de Goiás é teólogo e pastor evangélico e esta é a segunda vez que substitui o senador Mauro Miranda. Ao discursar em Plenário,



Albino Boaventura prevê que o país vai melhorar “se todos trabalharem com dedicação e afinco”

Albino Boaventura afirmou que seu setor preferencial de atuação será a área social, na qual pretende trabalhar por um melhor bem-estar do povo goiano e de toda a nação. O senador reconheceu que o Brasil está vivendo um momento difícil, mas afirmou que, com a ajuda de Deus, a situação irá melhorar, especialmente se todos trabalharem com dedicação e afinco.

# Gregori entrega hoje projeto do Código Penal

Fim da suspensão condicional da pena (*sursis*) e da prisão albergue estão entre as medidas sugeridas por um grupo de juristas com o objetivo de tornar mais rígida a aplicação das leis e diminuir a impunidade no país

O ministro da Justiça, José Gregori, entrega hoje, às 12h, ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cópia do projeto de lei do Executivo que modifica o Código Penal. Resultado de amplo estudo realizado por um grupo de especialistas, a proposta torna mais rígida a aplicação da lei com vistas a diminuir a impunidade. Às 16h, o projeto será entregue na Câmara dos Deputados – por onde se inicia a tramitação – ao presidente daquela Casa, Michel Temer.

Entre as medidas suprimidas estão o *sursis* e a prisão albergue. Conforme os especialistas que elaboraram a proposta, o *sursis*, ou suspensão condicional da pena, vinha sendo aplicado, na prática, sem os requisitos legais ou sem a obrigação de cumprimento de pena de um ano de serviços à comunidade.

A prisão albergue, modalidade alternativa para penas de até quatro anos de prisão, está sendo excluída porque não se efetivou a criação de casas de albergado em todo o país. Na prática, o instituto funciona como uma prisão domi-



Gregori traz ao Congresso proposta que visa coibir também o crime do colarinho branco

ciar, o que não garante o controle sobre a vida do preso durante a noite e os fins de semana.

O grupo de trabalho está sugerindo novas regras regulando a passagem de um regime de prisão para o outro (progressão de regime) e também para o livramento condicional. A transferência do regime fechado para o regime semi-aberto só seria permitida depois de o condenado cumprir 1/3 da pena – o código atual prevê o cumprimento de no mínimo 1/6 da pena. Para se beneficiar da liberdade condicional, o preso

teria de cumprir metade, e não mais 1/3, da pena.

A fim de diminuir a superpopulação carcerária, o número máximo de presos em cada estabelecimento seria fixado pelo juiz de execuções penais. A entrada de um preso além do número máximo importaria a transferência para o regime semi-aberto do condenado que tenha uma fração maior de sua pena. No caso de presídio semi-aberto, o condenado com o tempo de pena proporcionalmente maior ganharia a liberdade condicional.

Outros pontos importantes são a substituição da prisão por penas alternativas como os serviços à comunidade e a suspensão temporária de direitos (de dirigir automóveis ou empresas, por exemplo). A elevação do valor máximo da pena de multa para R\$ 7 milhões é vista como saída para coibir os crimes do colarinho branco. E o aumento da pena para a co-autoria, que no código atual representa apenas circunstância agravante, dificultaria a vida dos mandantes.

## Internet é um dos caminhos para manter contato com os senadores

A maior popularidade da Internet vem tornando a rede mundial de computadores uma ferramenta cada vez mais útil para comunicação entre os senadores e a sociedade. Pela página do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)), clicando na opção *senadores*, o cidadão tem acesso a informações sobre os 81 representantes dos estados. Em todas as páginas há *e-mail* (endereço de correio eletrônico) dos parlamentares e endereços dos gabinetes.

Algumas páginas se destacam pelo projeto gráfico e quantidade de informações. Uma delas é a do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Na página chamada ACM Website há notícias, notas políticas inéditas, história de vida pessoal e política do senador, informações sobre a Bahia e sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A página registrava, ontem, um total de 38.004 visitas.

Outra página com apurado projeto gráfico é a do senador Eduar-

do Suplicy (PT-SP). Denominada Gabinete Virtual, traz formas de contato com o parlamentar, currículo, dados pessoais e os discursos e apartes do senador, além de informações específicas sobre um dos principais projetos de Suplicy, o de garantia de renda mínima.

Segundo a chefe de gabinete do senador Roberto Freire (PPS-PE), Leany Barreiro, o senador recebe entre 80 e 120 mensagens diariamente, boa parte formada por *e-mails* de propaganda. As mensagens pessoais endereçadas a Freire são respondidas pelo próprio senador, segundo Leany. Um maior número de mensagens chega quando há fatos políticos polêmicos, como a cassação do ex-senador Luiz Estevão ou a privatização da Petrobras, informou a chefe de gabinete, lembrando que é cada vez mais comum o *lobby* por *e-mail*, uma espécie de “corrente” de vários internautas defendendo alguma posição.

O assessor de imprensa da senadora Emilia Fernandes (PDT-

RS), Olímpio Cruz Neto, informou que uma média de 200 *e-mails* chegam para a senadora diariamente por intermédio da página, que é atualizada todos os dias. “As mensagens falam geralmente sobre política, algumas comentam a posição da senadora sobre matérias mais polêmicas”, disse Olímpio Neto. Na opinião do assessor, o *e-mail* aproxima o eleitor do parlamentar, mas é ainda muito restrito a um público com perfil acima da média, por exigir acesso a computador e linha telefônica.

Na página do senador Arlindo Porto (PTB-MG) há notícias, discursos, formas de contato, dados pessoais e perfil político do parlamentar. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) tem em sua página *web* endereço eletrônico para contato, além de projetos defendidos pelo parlamentar, dados pessoais e currículo. O *site* do senador Pedro Simon (PMDB-RS) já recebeu 7.476 visitas, desde 8 de novembro de 1997.



### CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e *e-mails* enviados pelos leitores.

Endereço:  
Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006  
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – A Voz do Cidadão

### Bons momentos de leitura

Em trânsito pelo Sindicato dos Bancários de Mossoró, deparei-me com o *Jornal do Senado*, que me proporcionou bons momentos de leitura – digna do acervo de informações jurisdicionais –, através das matérias ali selecionadas. Solicito uma assinatura desse jornal, tão disputado entre os meus colegas da Faculdade de Direito.

Francisco José da Silva Neto, Mossoró (RN)

### Bem escrito

Tivemos a oportunidade de ler o *Jornal do Senado* e desejamos recebê-lo, gratuitamente, em nossos lares. É de ótimo nível, bem escrito e trata dos assuntos discutidos no Senado que, pela imprensa comum, não chegam até nós. Parabéns à Mesa do Senado e à equipe do jornal.

Rute Furquim Caetano, Sorocaba (SP)

### Contas públicas transparentes

Gostaria de parabenizar o Senado Federal, em especial o senador José Eduardo Dutra, pela brilhante iniciativa de tornar as contas públicas realmente públicas (transparentes), conforme determina a nossa Lei Maior, que é a Constituição federal. Com essa iniciativa, o Senado começa a defender os interesses da nação. Só com o controle da sociedade a lei recentemente aprovada pelo CN (Lei 101/00) terá sua eficácia plena.

Parabéns, Senado!

Fernando Freitas Melo, Brasília (DF)

### Informação ao interior

Tenho a honra de pedir a assinatura de tão valoroso jornal. Somente assim poderei acompanhar as propostas relevantes em discussão no Congresso Nacional, nestes confins de caatinga rala e semi-árido de água doce do rio São Francisco.

Antonio Moreira da Silva, Petrolândia (PE)

### Material de pesquisa

Responsável que sou pela biblioteca do Educandário Gonçalves de Araújo, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, solicito a remessa cotidiana do *Jornal do Senado*. As matérias publicadas são de interesse dos alunos e a sua leitura permitirá aos jovens trabalhos de pesquisa sobre a ação de um dos setores do Poder Legislativo.

Jesen Baptista dos Santos, Rio de Janeiro (RJ)

### Interesses da população

Venho pedir-lhes que me enviem exemplares mensais deste que é um dos mais respeitados veículos de informação do país, que nos traz importantes notícias dos mais variados assuntos (política, economia, temas sociais etc.). Enfim, tudo aquilo que é de interesse da população. Como dizia Tancredo Neves, “é preciso alicerçar a ordem política sobre legitimidade democrática”.

Evalni Rodrigues, Anchieta (ES)

### Legislativo vivo

O noticiário do *Jornal do Senado* continua nos mostrando que o Legislativo está vivo e atento ao que acontece de melhor em nosso país.

Carlos Cezar Nunes Correa, Niterói (RJ)

# Antonio Carlos defende punição para corruptores

Segundo o presidente do Senado, a medida deve ser incluída entre as providências anunciadas pelo governo contra desperdício de recurso público

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sugeriu que seja instituída punição para os corruptores entre as medidas anunciadas pelo governo contra os desperdícios e desvios na aplicação de recursos públicos. Ele sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em reunião realizada na tarde de ontem, que contou com a presença dos presidentes da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, que seja aprovada emenda tornando inidônea por um período de dez anos a pessoa física ou jurídica que tentar corromper

autoridade pública.

Após participar do encontro no Palácio do Planalto, onde o presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou o Código de Conduta da Alta Administração Federal e abriu a discussão das propostas de ações para modernizar a gestão administrativa e fiscal, Antonio Carlos explicou que algumas das medidas serão viabilizadas por meio de decreto e outras serão enviadas para o Congresso discutir. O presidente do Senado acrescentou que o governo estabeleceu um prazo de 45 dias para receber sugestões dos cidadãos.

– Acho que as medidas tomadas

pelo governo para evitar desvio de recursos públicos são todas muito boas, mas ainda cabe alguma coisa nas mensagens que o presidente enviará para o Congresso – opinou Antonio Carlos.

O presidente do Senado também concordou com a decisão tomada pelo governo federal de não liberar recursos do Orçamento do próximo ano para obras que forem consideradas suspeitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ele defendeu ainda a proposta do Executivo de estipular mandato de seis anos para os membros do TCU, garantindo os mandatos dos atuais ministros.

## ACM apóia código de ética para servidor público

Em entrevista na manhã de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou seu apoio às iniciativas do presidente Fernando Henrique Cardoso para aprimorar o controle e a aplicação das verbas públicas, estabelecer um código de ética para disciplinar a conduta dos funcionários públicos e fixar regras de parentela para o ingresso de servidores na iniciativa privada.

Antonio Carlos disse que pretende apresentar emendas às medidas que forem enviadas ao Congresso Nacional na forma de projeto de lei. Devem ser propostas penalidades para os aliciadores ou corruptores de servidores públicos, sejam de carreira ou colaboradores em cargos de confiança.

Preocupado com a transparência dos agentes públicos, Antonio Carlos afirmou que enviou ofício ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pedindo urgência na apuração, pelo Ministério Público, das denúncias apresentadas contra ele e o senador Jader Barbalho (PA), presidente do PMDB, conforme documentos recebidos pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

A respeito da atuação do Ministério Público nas investigações das denúncias de desvio de recursos públicos, Antonio Carlos destacou a importância do trabalho dos procuradores, e disse considerar fundamental que as informações e denúncias que venham a público “sejam acompanhadas da produção



Antonio Carlos destacou o trabalho dos procuradores na apuração de denúncias contra o patrimônio público

das provas necessárias”. O senador entende como “respeitáveis e úteis” as demissões do presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Sérgio Otero Ribeiro, e do diretor-geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Geraldo Lopes de Araújo, “em função da precariedade” dos esclarecimentos prestados aos parlamentares.

### QUEBRA DE SIGILO

O senador informou que já recebeu parecer de sua assessoria indicando o poder da Mesa do Senado para solicitar a quebra de sigilo bancário na investigação de desvio de recursos públicos. O parecer cita votos dos ministros Sepúlveda Pertence e Octavio Galloti, do Supremo Tribunal Federal (STF), que admitem a quebra de sigilo, ainda que não por iniciativa de comissões parlamentares de inquérito, dependendo das situações sob investigação e

dos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos.

Com relação às críticas do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Costa Leite, ao excesso de medidas provisórias (MP), Antonio Carlos observou que há muito tempo o Senado tenta restringir e disciplinar a edição de MPs pelo Executivo. Há inclusive, lembrou, proposta de emenda constitucional nesse sentido de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS). O senador manifestou-se surpreso “com a quantidade de declarações do ministro Costa Leite”, que disse conhecer há muito tempo, “desde quando foi competente assessor do general Medeiros (ex-ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI) e do ministro Leitão (Leitão de Abreu, ministro-chefe da Casa Civil no governo do presidente Figueiredo)”.



Roberto Requião propõe que a contratação de parentes seja claramente justificada

## Projeto de Requião sobre nepotismo já está pronto para ser votado pela CCJ

Projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que regulamenta a nomeação de ocupantes de cargos em comissão já recebeu parecer favorável do relator designado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A proposta já está em condições de ser submetida à apreciação da comissão. A decisão terá caráter terminativo, a não ser que haja recurso para que a matéria seja remetida ao Plenário.

O projeto modifica a lei que instituiu o Regime Jurídico Único (RJU) para estabelecer que a nomeação de cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau de autoridades públicas implicará a publicação obrigatória de exposição de motivos justificando a contratação. A proposta não impede a contratação de parentes para cargos em comissão, mas exige que sua competência seja demonstrada pública e claramente.

Requião parte do princípio de que o nepotismo – “a nomeação de parentes pelo simples fato de eles serem parentes” – é “altamente condenável do ponto de vista da moralidade pública”. No entanto, ele considera que o vínculo de

parentesco não pode representar impedimento absoluto de nomear pessoas competentes e detentoras da confiança da autoridade, que, segundo disse, são “exatamente os requisitos” para assumir cargos em comissão.

A solução encontrada pelo senador paranaense, na opinião do relator, foi ao mesmo tempo realista e criativa.

É realista, afirmou Dutra em seu parecer, porque reconhece que as práticas de nepotismo encontradas no serviço público brasileiro explicam-se pela “arraigada e histórica força das relações pessoais na cultura política nacional”. A seu ver, foi por ignorar a força dessas relações que fracassaram diversas tentativas de resolver o problema do nepotismo por via legislativa.

A proposta é criativa, disse, por sugerir “um procedimento de caráter público sujeito a escrutínio moral, social e administrativo, mediante o qual os atos de nomeação tenderão a ganhar muito maior transparência, afastando-se aquela penumbra em que costumam estar envolvidos os atos administrativos ilegais ou paralegais”.

## Senador quer espaço para Congresso no rádio e na TV

O senador Roberto Requião apresentou projeto de lei que muda o Código Brasileiro de Telecomunicações e torna obrigatória a concessão de cinco minutos diários ao Congresso Nacional nas programações de rádios e televisões. O projeto está na Comissão de Educação (CE) aguardando a apresentação de emendas.

Requião argumenta que a população brasileira deve acompanhar de perto as atividades de seus representantes no Congresso. Ele propõe que os programas sejam veiculados entre 19h e 23h, exceto aos sábados, domingos e feriados nacionais.

Ao justificar seu projeto, o sena-

dor defendeu a liberdade de imprensa, mas disse que, diariamente, a mídia apresenta reportagens e notícias distorcidas sobre o Legislativo.

– Nunca se trabalhou tanto nesta Casa como na atual legislatura. O processo legislativo desenvolve-se em ritmo acelerado, a pauta de votações está sempre em dia, as comissões se reúnem. Mas nada disso tem sido divulgado, levando a opinião pública a acreditar na imagem de um Congresso preguiçoso e irresponsável – argumenta Requião.

O Código Brasileiro de Telecomunicações em vigor é de agosto de 1962.

# CPI do Roubo de Cargas fará visitas a estados

Comissão Parlamentar de Inquérito, que já realiza diligências em São Paulo, aguarda resultado dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas e empresas suspeitas de participarem do esquema

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o aumento da incidência de roubo de cargas em todo o país deve iniciar, a partir da metade do mês de setembro, a série de visitas aos estados onde o índice de crimes é maior. Atualmente estão sendo realizadas diligências em São Paulo, onde se concentram as quadrilhas que atuam neste ramo.

Com o término do período de campanha eleitoral, a comissão voltará a reunir-se. Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que preside a CPI, a participação de parlamentares nas eleições municipais poderia atrapalhar os trabalhos da comissão.

É aguardado ainda o resultado dos inúmeros requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas e empresas suspeitas de participarem do esquema de roubo de cargas. O deputado Oscar Andrade (PFL-RO), relator da comissão, também espera obter entre os parlamentares as assinaturas necessárias para estender o prazo de funcionamento da CPI por mais um ano.

A morte, semana passada, do ex-caminhoneiro Ananias Elisário da Silva, que depôs na CPI no último dia 8, pode ter atrapalhado as investigações. Acusado de praticar mais de 40 latrocínios — roubo seguido de assassinato — em rodovias de todo país, Ananias também era envolvido com o tráfico de drogas e foi o primeiro a morrer na chacina ocorrida no presídio da Papuda, em Brasília. Ele recusou-se a auxiliar a CPI, mas seria acareado com pessoas com as quais teria trabalhado. Durante o depoimento, Ananias chegou a dizer que isto seria sua “sentença de morte”.

De acordo com dados divulgados por associações de empresas transportadoras, ocorrem por ano cerca de 4,2 mil casos de extravios de carga nas rodovias brasileiras, provocando um prejuízo que chega a meio bilhão de reais — 68% dos roubos são registrados em rodovias paulistas. Entre os produtos preferidos pelos criminosos, estão cigarros, bebidas, medicamentos, eletroeletrônicos e alimentícios. Apenas a metade da carga transportada no país estaria coberta por seguro.



A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o aumento da incidência de roubo de cargas deve concentrar suas atividades nos estados com maior número de ocorrências

## CCJ volta a discutir fidelidade partidária

Já está pronta para ser incluída na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional do líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), que altera o instituto da fidelidade partidária. De acordo com a proposição, perderá automaticamente o mandato qualquer parlamentar que deixar o partido pelo qual se elegeu.

A PEC de Sérgio Machado determina, no entanto, que senadores e deputados terão o mandato assegurado no caso de fusão ou incorporação de partidos. A exceção é para o parlamentar que participe, como fundador, da criação de uma nova legenda. A proposta estabelece também que perderá o mandato os parlamentares, governadores e prefeitos que cometerem violação grave da disciplina partidária, caracterizada pela desobediência de decisões aprovadas em convenção.

A emenda constitucional de Sérgio Machado faz parte da reforma político-partidária a ser examinada pela CCJ. Para o senador, a fidelidade partidária deve ser alterada para que se fortaleçam as instituições políticas brasileiras. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), é favorável à aprovação do projeto.

Há um consenso entre os mem-



Machado é autor da emenda que prevê perda do mandato por infidelidade partidária

bros da CCJ de que a fidelidade partidária deve ser mudada para que se valorizem e fortaleçam os partidos políticos. É que, segundo eles, o fenômeno facilita a migração partidária, na maioria das vezes com fins meramente eleitorais ou pessoais, em face da ausência de compromisso com os programas partidários.

Além da PEC de Sérgio Machado, a CCJ também vai analisar outras dez emendas que tratam da fidelidade partidária, entre as quais a do ex-senador José Serra, atual ministro da Saúde, que torna inelegíveis, durante dois anos, os parlamentares que se desfiliarem voluntariamente do partido pelo qual se elegeram.

## Heloísa propõe debate sobre a política espacial brasileira

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverão realizar audiência pública conjunta para debater a política espacial brasileira, com ênfase para o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) no Maranhão e os problemas sociais na região.

A proposta é da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que indicou cinco convidados para o debate, incluindo o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, o procurador da República no Maranhão, Nicolau Costa Neto, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Samuel Moraes.

Heloísa está preocupada sobretudo com a situação dos moradores do município que foram desapropriados para implantação da base de lançamentos. Segundo a senadora, ainda

existem inúmeras pendências jurídicas com a população local em função da desapropriação e mesmo assim o governo brasileiro assinou, em abril deste ano, convênio com os Estados Unidos para exploração comercial do CLA.

— Isso representa a privatização do centro e a secundarização da política espacial brasileira, além do aceleramento do processo de relocação. Ou seja, uma área que foi desapropriada por utilidade pública, ainda com inúmeras pendências jurídicas com a população, transformou-se em área de aluguel para países estrangeiros — afirmou.

Heloísa informou que o Centro de Lançamentos de Alcântara foi implantado no início dos anos 80, com área de 52 mil hectares, ampliada para 62 mil hectares no governo de Fernando Collor.



Heloísa Helena está preocupada com situação dos moradores de Alcântara

# Feira do Livro aproxima Senado da população

Baianos aproveitam a oportunidade de contato direto com as obras lançadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações e com os veículos de comunicação da Casa

A presença do Senado na IV Feira Internacional do Livro da Bahia tem sido uma oportunidade de os baianos eliminarem a distância geográfica e entrarem em contato com a instituição. No estande da Casa, os visitantes estão navegando no site do Senado na Internet, assistindo à TV Senado e comprando os livros publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações.



O diretor acadêmico das Faculdades Diplomata, Humberto Santos Filho, por exemplo, levou para a biblioteca de sua escola 32 títulos do Conselho Editorial, parte de uma compra que totalizou cerca de R\$ 600 e incluiu outros livros, como a *Agenda 21* e os *Anais do Seminário*

Logo após — Subcomissão do Judiciário (vivo) 19h30 — *Cidadania* — Políticas públicas para a primeira infância 20h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Simon 21h — *Jornal do Senado* 21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — Vital Didonet e a representante do Banco Mundial, Maria Madalena dos Santos, falam das políticas públicas para primeira infância 7h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Simon fala sobre o gasoduto Brasil-Argentina 8h — *Jornal do Senado* 8h30 — *TV Escola* — Poluição do ar e da água 9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco 9h30 — *Entrevista* — Senador Jefferson Pêres fala sobre o desenvolvimento da Amazônia 10h — *Palestra: Dez anos de zoneamento ecológico no Brasil* 11h30 — *Debate* — Senador Tião Viana e o pediatra Márcio Lisboa falam sobre o ensino médico no Brasil 12h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala sobre o gasoduto Brasil-Argentina 13h — *Cores do Brasil* — Café no oeste da Bahia 13h30 — *Cidadania* — Políticas públicas para a primeira infância 14h30 — Sessão Plenária (vivo)

8h — *Agenda Senado* Em seguida — Música e informação 10h — Subcomissão do Judiciário Em seguida — Música e informação 14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo) Em seguida — Música e informação 19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste Em seguida — Música e informação 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação 0h — Sessão Plenária do Senado (reprise) Em seguida — Música e informação

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

Logo após — Subcomissão do Judiciário (vivo) 19h30 — *Cidadania* — Políticas públicas para a primeira infância 20h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Simon 21h — *Jornal do Senado* 21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

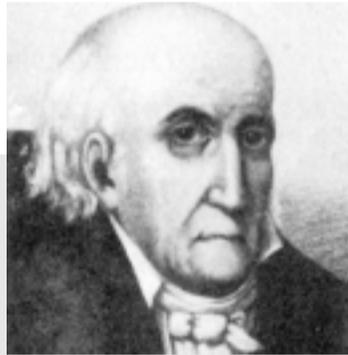
*Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos*. Segundo ele, a intenção é criar uma sala especial com obras editadas pelo Senado na biblioteca da faculdade, que oferece os cursos de Direito, Relações Internacionais, Informática, Letras, Administração e Ciências Contábeis. Ao escolher os livros, Humberto lembrou que a aula inaugural da instituição foi ministrada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em 1º de março de 1999.

Em companhia de seu filho, o advogado Durval Baraúna comprou, entre outros, o livro *Por que Construí Brasília*, de Juscelino Kubitschek. Dizendo-se "fã" das atividades do Senado, ele passou mais de duas horas navegando na página da instituição na Internet, ouvindo a Rádio Senado, folheando

livros e observando a exposição de documentos e obras raras.

Foi a exposição de documentos e obras raras da Biblioteca Luiz Viana Filho que mais chamou a atenção dos professores de História Luciano Oliveira, Valmir Martins e Soraia Nascimento. Os três se entusiasmaram ao ver a cópia do manuscrito em que o ex-presidente Fernando Collor renunciou ao mandato. "É um documento precioso para a história do país", disse Luciano.

O Senado participa de feiras do livro desde 1996, quando o primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), criou comissão especial com esse objetivo. A Feira do Livro da Bahia, aberta na última sexta-feira pelo presidente do Senado, funciona até o próximo domingo.



Informações sobre o Visconde de Cairu e o Marquês de Caravelas estão no livro *Dados Biográficos dos Senadores da Bahia (1826 - 2000)*

## Dados biográficos dos senadores baianos têm versão atualizada

Marquês de Nazaré, Marquês de Caravelas, Visconde de Cachoeira e Visconde de Cairu não são nomes de ruas e praças na Bahia por acaso. Esses foram os primeiros senadores pela Bahia, em 1826, quando o Senado Federal começou a funcionar no Rio de Janeiro, depois de aprovada a primeira Constituição brasileira, a Carta do Império.

Desde então, a Bahia já teve 64 senadores, muitos dos quais políticos de destaque no estado e no país, que ocuparam outros cargos relevantes, como o de governador do estado. Isso fica claro quando analisamos o currículo dos senadores da Bahia hoje: o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, governou o estado por doze anos; Paulo Souto deixou o Palácio de Ondina em 1998 para concorrer ao Senado e Waldeck Ornelas, eleito senador em 1995, ocupa o cargo de ministro de Estado da Previdência

e Assistência Social.

Todas essas informações podem ser encontradas na terceira edição do livro *Dados Biográficos dos Senadores da Bahia (1826 - 2000)*, lançado pelo presidente do Senado durante a IV Feira Internacional do Livro. Atualizado especialmente para o evento, o livro traz perfis como o de Rui Barbosa, senador por 22 anos na virada do século, época em que teve marcante atividade nos primeiros anos de consolidação da República.

Outros nomes, como Antônio Balbino, J. J. Seabra, Juracy Magalhães, Lomanto Júnior, Luiz Viana Filho e Octávio Mangabeira, todos governadores do estado e senadores, também podem ser encontrados no livro. Além de lista com os livros de Rui Barbosa, o leitor tem acesso ainda a um farto índice bibliográfico sobre a obra de senadores como o jurista Josaphat Marinho.



Moreira Mendes diz que a *Folha de Rondônia* realiza "um jornalismo sério e informativo"

## Moreira registra aniversário de jornal de Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou em Plenário a passagem, no último dia 15, do primeiro aniversário do jornal *Folha de Rondônia*, do município de Ji-Paraná. Além de oferecer "uma visão completa da realidade dos problemas nacionais e, sobretudo, regionais", o parlamentar credita à publicação o mérito de realizar "um jornalismo sério e informativo, comprometido com a verdade e com os interesses maiores do estado".

Moreira atribui a qualidade da *Folha de Rondônia* ao trabalho de seu corpo de repórteres e colonistas, destacando a atuação dos jornalistas Pedro André de Souza e Valdir Aparecido Costa, proprietário e editor do jornal, respectivamente. "São profissionais capacitados, que abordam a notícia com imparcialidade e seriedade, informando os fatos sob todos os ângulos e dando à população a oportunidade de se expressar e se defender de injustiças", declarou.

Na opinião do parlamentar, comemorar o primeiro ano de funcionamento do jornal significa muito para o povo de seu estado. Não bastasse a geração de diversos empregos diretos e indiretos, Moreira Mendes assinala o emprego da "mais alta tecnologia" na área jornalística, o que garante melhor diagramação e maior rapidez na transmissão dos fatos, disponíveis para consulta na Internet.

"Falar da *Folha de Rondônia* deixa-me muito à vontade, porque vejo naqueles profissionais idealismo empresarial e político, além do real interesse no desenvolvimento do estado", assinalou. Moreira Mendes cumprimentou os profissionais da *Folha de Rondônia* pelo primeiro aniversário do jornal, "que tem conseguido, com muita propriedade e competência, ajudar Rondônia a encontrar o seu destino".

# CAE sabatina novo diretor do BC em setembro

O dia da arguição do economista Ilan Goldfajn, escolhido para ocupar a Diretoria de Política Econômica do Banco Central, será marcado tão logo chegue ao Senado mensagem da Presidência da República com a indicação



Casildo Maldaner é autor do projeto que determina à União devolver os recursos retidos do FPM e do FPE

## Ressarcimento a estados e municípios será votado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai analisar projeto do senador licenciado Casildo Maldaner (PMDB-SC) que obriga a União a ressarcir todas as parcelas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) retidas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

O projeto estipula que o cálculo das parcelas a serem devolvidas deverá ser feito com base no Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, da data de retenção até o pagamento. O ressarcimento seria feito em parcelas mensais e iguais cujo número não poderia exceder a 60. Caberia ao Ministério da Fazenda fixá-las e ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar o pagamento.

Os recursos do FPM e do FPE, previstos na Constituição como parte da participação dos diversos

entes federados na receita da União, foram subtraídos dos municípios e estados, explica Maldaner, desde 1994, quando passou a vigorar o Fundo Social de Emergência (FSE), substituído em 1996 pelo FEF, que vigorou até o ano passado. Na avaliação de Maldaner, a medida contribuiu para piorar as contas públicas de estados e municípios, causando prejuízo "indevel" aos serviços públicos.

— Finalmente este ano o FEF deixou de existir. Faz-se necessário, entretanto, reparar o efeito nefasto causado às finanças públicas durante a vigência daquele confisco — afirma o senador.

Para Maldaner, nada mais justo, neste momento em que a União atingiu o seu equilíbrio fiscal, viabilizar as condições para que os estados e municípios façam o mesmo, "evitando deterioração ainda maior dos serviços prestados ao público, especialmente aos mais carentes".

O economista Ilan Goldfajn, nomeado para a Diretoria de Política Econômica do Banco Central, deve ser sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado entre 11 e 15 de setembro. A informação foi dada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da comissão. Segundo disse, a audiência pública será marcada tão logo chegue ao Senado, e seja lida em Plenário, a mensagem da Presidência da República com a indicação do novo diretor.

A arguição é determinada pelo artigo 52 da Constituição, e sua forma e

os termos em que deve ocorrer são descritos pelo artigo 383 do Regimento Interno do Senado. Após a sabatina, o parecer da comissão segue para o Plenário, que faz nova votação sobre a nomeação.

Goldfajn foi indicado na manhã de ontem pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga. De acordo com a assessoria de imprensa do banco, o



Ney Suassuna: a CAE deve sabatar Ilan Goldfajn entre os dias 11 e 15 do próximo mês

nome foi aprovado pelo presidente Fernando Henrique e pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. O novo diretor tem 34 anos e é professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Pós-graduado pelo Massachusetts Institute of Technology, Goldfajn já representou o Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

## Suplicy defende a ética para que o país reverta a desigualdade social

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o governo deve levar em conta "não apenas o interesse próprio", mas também "a busca da ética, da solidariedade, da justiça, da liberdade e da democracia" na adoção de instrumentos de política econômica para reverter as desigualdades sociais. Ele listou os instrumentos que considera compatíveis com esses objetivos, como o orçamento participativo, que possibilita a pessoas de todos os segmentos sociais participar mais intensamente das decisões sobre a aplicação dos recursos públicos.

Suplicy também defendeu a reali-



Para Suplicy, a política econômica deve também prever o orçamento participativo

zação da reforma agrária, com a adoção de medidas que possibilitem a desapropriação de áreas improdutivas e promovam o assentamento de um maior número de famílias dispostas a cultivar a terra. O senador destacou ainda o apoio às formas cooperativas de produção nas áreas rurais e urbanas e nos mais diversos setores de atividade. É necessário também, afirmou, promover a democratização das relações de produção entre empresários e trabalhadores.

A expansão do microcrédito, por meio de instituições como o "banco do povo", é outro instrumento de política econômica capaz de ajudar

a reverter as desigualdades sociais, segundo o senador. Suplicy relacionou ainda os programas de capacitação para pessoas com dificuldade de encontrar trabalho, citando como exemplo os programas de primeiro emprego e a universalização da educação.

Suplicy voltou a defender seu projeto para um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que tem como objetivo garantir a todos o direito de participar da riqueza da nação e de receber uma renda suficiente para o atendimento das necessidades fundamentais.

— Assim, chegaremos em breve à possibilidade de todas as pessoas, não importa a origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, estarem recebendo uma renda básica incondicional, suficiente para atender às suas necessidades vitais.

## Ramo do guaraná pode substituir o fumo nas Armas Nacionais

Projeto de lei que substitui o ramo de fumo pelo da planta do guaraná na representação das Armas Nacionais foi apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). A proposta será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o parlamentar, o uso do ramo de tabaco data de 1822, quando dom Pedro I criou a bandeira e o escudo d'armas da nação. O senador explicou que, naquele período, o fumo, como o café, re-

presentava muito para a economia nacional.

No entanto, disse, desde a década de 60 a comunidade científica vem denunciando os males causados pelo fumo. Nesse contexto, afirma, verificou-se que a incidência de pesada tributação sobre os derivados do tabaco no Brasil não chega a valer como argumento de geração de receita. E acrescentou:

— Os institutos de pesquisa estimam em R\$ 743,3 milhões os gastos públicos com saúde e R\$

2,7 bilhões os gastos com previdência social, anualmente, em decorrência do tabagismo.

Em contrapartida, segundo Jefferson Péres, o governo brasileiro arrecada em impostos sobre o tabaco pouco mais de R\$ 2 bilhões por ano, e cerca de R\$ 1 bilhão em divisas relativas à exportação do produto. Esses números justificaria a alteração proposta, defende.

O senador amazonense escolheu o guaraná para substituir o ramo do café devido à impor-

tância medicinal, energética e, acima de tudo, simbólica da planta. Bebida tipicamente brasileira, o guaraná é produzido de planta originária de uma "região naturalmente rica, mas empobrecida pela ausência de políticas de desenvolvimento adequadas à sua realidade econômica e social", disse.

Jefferson Péres propôs a mudança após analisar os males causados pelo fumo e seus derivados

